



BOLETIM DO SINASEFE

Atividades da semana de 10 a 14 de março



Confira os destaques da semana

PÁGINA 02

Jornada de Lutas pela Aprovação da LOA e pelo cumprimento dos Acordos de Greve

PÁGINA 03

Conselho de Ética reforça transparência e aprimora estrutura de denúncias

PÁGINA 04

Reunião da Coordenação de Inclusão e Acessibilidade com a Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência

PÁGINA 05

Coordenação de Políticas para Instituições de Ensino Ligadas ao Ministério da Defesa agendou reuniões para tratar de questões urgentes

PÁGINA 06

Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais enviou documento às seções

Jornada de Lutas pela Aprovação da LOA e pelo cumprimento dos Acordos de Greve



Aprovada pela 200ª Plenária Nacional do SINASEFE, a Jornada de Lutas pela Aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) defendeu a garantia de recursos para políticas públicas essenciais (como saúde, educação e segurança), além de assegurar a recomposição salarial e a reestruturação das carreiras dos servidores públicos, conquistadas após a intensa greve de 2024.

A LOA, que deveria ter sido votada até 22 de dezembro de 2024, ainda não foi aprovada, colocando em risco o orçamento de pastas fundamentais e a implementação dos acordos firmados.

Realizada nesta semana, a Jornada mobilizou servidores em todo o país, com destaque para as atividades em Brasília-DF e para a paralisação nacional de 48 horas, que ocorreu nos dias 11 e 12 de março.

Para além do mote principal da Jornada, também aproveitamos a mobilização para cobrar do Governo o cumprimento de itens dos Termos de Acordo da Greve 2024 que ainda não foram efetivados.

A força da mobilização da nossa categoria, que marcou forte presença na capital do país, juntamente às demais entidades do serviço público federal, demonstrou que foi acertada a decisão das bases de realizar a paralisação de 48 horas para fortalecer a Jornada de Lutas.

10 de março (segunda-feira)

A Jornada começou com uma abordagem aos parlamentares no Aeroporto Juscelino Kubitschek, em Brasília-DF, às 8 horas.

A atividade marcou o início das mobilizações, com sindicalizadas e sindicalizados entregando materiais e reforçando a importância da aprovação da LOA.

11 de março (terça-feira) - 1º dia de Paralisação Nacional

O segundo dia da Jornada foi intenso. Pela manhã, às 7 horas, houve nova recepção aos parlamentares no Aeroporto Juscelino Kubitschek, com palavras de ordem, cartazes e faixas, destacando a urgência da votação da LOA.

Em seguida, das 10 às 13 horas, ocorreu o Seminário "O Fim do Regime Jurídico Único dos Servidores", na Câmara dos Deputados, com a participação da Direção Nacional e de várias seções sindicais do SINASEFE, além de outras entidades do funcionalismo federal, como Andes-SN e Fasubra.

Pela tarde, das 14 às 17 horas, lutadoras e lutadores de nosso sindicato estiveram no Congresso Nacional, visitando gabinetes parlamentares para cobrar a aprovação da LOA.

Mesmo não constando da programação inicial da Jornada, nossas sindicalizadas e sindicalizados, junto à Direção Nacional do sindicato, conseguiram entrar no plenário em que estava sendo realizada a sessão ordinária da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Apesar da expectativa de análise do relatório da LOA, a CMO alterou a pauta e realizou apenas uma brevíssima reunião de 17 minutos com discussão sobre outros pontos, gerando revolta e indignação dos presentes.

12 de março (quarta-feira) - 2º dia de Paralisação Nacional

O dia começou com um ato em frente ao Palácio do Planalto, das 7 às 9 horas, cobrando o cumprimento dos Acordos da Greve 2024.



Foram feitas intervenções cobrando do Governo a efetivação das pautas, que não dependem da aprovação da LOA, dos Termos de Acordo nº 10/2024 e nº 11/2024 e que, até o momento, não foram efetivadas - como a publicação da alteração do Decreto 1590/1995, que trata da dispensa do controle de frequência para a carreira EBTT; as 30 horas e a criação (por Projeto de Lei ou Medida Provisória) do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) para os TAEs. Após o ato no Planalto, saímos em caminhada para o Congresso Nacional.

Às 11 horas, no plenário principal do Congresso, acompanhamos a realização da sessão solene em homenagem à Marielle Franco. As falas enfatizaram a necessidade de seguirmos lutando por justiça para Marielle e Anderson; e pela cassação de Chiquinho Brazão, acusado de ser um dos mandantes de seu assassinato. À tarde, das 14 às 17 horas, as atividades se concentraram novamente no Congresso, com visitas aos gabinetes parlamentares e pressão pela votação da LOA.

13 de março (quinta-feira)

Acompanhando a agenda do Fonasefe, na quinta-feira (13/03) o plantão e representantes da base estiveram presentes na sede do Andes-SN, participando do debate conduzido por Maria Lucia Fattorelli sobre o Novo Arcabouço Fiscal e o ataque aos serviços públicos.

Nesta atividade, foi levantada a importância de suscitar a discussão sobre a dívida pública, os juros da dívida e os seus impactos sobre os investimentos em políticas sociais e sobre a valorização do serviço público e dos servidores federais.

Protagonismo do nosso sindicato

Nesta semana de lutas, o SINASEFE se destacou como a entidade do Fonasefe que mais mobilizou suas bases! A votação da LOA, agora marcada para o dia 19 de março, representa uma vitória do movimento sindical e um passo crucial para garantir o cumprimento dos Acordos da Greve 2024.



Conselho de Ética reforça transparência e aprimora estrutura de denúncias



O Conselho de Ética do SINASEFE reafirma seu compromisso com a transparência e o aprimoramento dos processos internos, consolidando um ambiente sindical baseado na justiça, no respeito e na celeridade.

Desde o início do mandato, em setembro de 2024, o Conselho tem trabalhado para fortalecer os mecanismos de apuração e garantir a segurança das sindicalizadas e dos sindicalizados.

Na segunda-feira (10/03), em sua 13ª reunião, teve início o primeiro encontro presencial do Conselho de Ética, realizado na sede do SINASEFE, em Brasília-DF. A reunião, que seguiu até a sexta-feira (14/03), marcou um passo essencial na estruturação dos processos internos.

Conduzido pelas representantes titulares Ana Quezia Carneiro, Cynthia Mattosinho e Sara Cordeiro, a força-tarefa permitiu revisar procedimentos internos de trabalho, alinhar diretrizes jurídicas com a Assessoria Jurídica Nacional (AJN) do sindicato e estabelecer parâmetros para o desenvolvimento da plataforma de denúncias "Fala SINASEFE".

Além disso, foi realizada uma conferência detalhada dos arquivos físicos do sindicato, com mais de 3 mil páginas revisadas manualmente, garantindo o registro e a integridade documental do Conselho.

Para Ana Quezia Carneiro, o Conselho de Ética não deve ser apenas um órgão de fiscalização, mas também um espaço de acolhimento e escuta ativa da categoria. *"Nosso compromisso é fortalecer a confiança entre as trabalhadoras e os trabalhadores, garantindo que cada voz seja ouvida com respeito e empatia"*, afirmou a conselheira.

O Conselho reforça que todas as denúncias devem ser encaminhadas exclusivamente para o e-mail conselhoetica@sinasefe.org.br, garantindo a confidencialidade dos processos.

Seguimos firmes na construção de um SINASEFE mais forte, justo e transparente!

Reunião da Coordenação de Inclusão e Acessibilidade com a Secretaria Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência



Em reunião realizada na terça-feira (11/03) com a Secretária Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, Ana Paula Feminella, a Coordenação de Inclusão e Acessibilidade do SINASEFE, representada por Amalia Leites (secretária) e Marlise Vitcel (secretária-adjunta), e também pelo coordenador geral Manoel Porto Júnior, apresentou uma série de demandas relacionadas à inclusão e acessibilidade, que vêm sendo discutidas desde setembro do ano passado. Entre as principais reivindicações, destacam-se a necessidade de que as perícias médicas sejam realizadas por equipes multidisciplinares, alinhadas ao conceito biopsicossocial da deficiência, e a capacitação dos servidores que atuam no SIASS.

Outro ponto abordado foi a falta de uma instância responsável em cada Instituto e campus para acompanhar a carreira de servidores PCDs, além de promover a prevenção e o combate ao capacitismo institucional.

O coordenador geral manifestou a preocupação do SINASEFE com a precarização dos vínculos de trabalhadores para atuarem na educação especial - que pretendemos inclusiva - em nossa rede. Estes vínculos, de maneira geral, têm se dado por meio

de contratos terceirizados ou pagamentos de bolsas somente durante o período letivo.

A secretária e sua equipe ouviram as demandas, incluindo a inserção de servidores públicos com deficiência no Cadastro de Inclusão, do qual atualmente estão excluídos, e o fortalecimento de políticas públicas para a inclusão. A pasta defende a realização de um censo de Pessoas com Deficiência em toda a Rede Federal de Educação, contemplando não apenas quem ingressou por cotas, mas também as pessoas que tiveram diagnóstico tardio ou se tornaram PCDs após o ingresso. O censo deve incluir ainda dados sobre gênero, raça, etnia e escolaridade desses servidores

Foi solicitada ainda a criação de um Grupo de Trabalho interministerial, envolvendo a Secretaria de Direitos das Pessoas com Deficiência (do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania), juntamente com os Ministérios da Saúde e da Educação, e o Conif, com acompanhamento do SINASEFE, para discutir e implementar ações integradas.

A secretária e sua equipe destacaram que diversas dessas demandas já começaram a ser encaminhadas, com destaque para a proposta de capacitação gratuita para as juntas médicas e SIASS sobre o paradigma biopsicossocial da deficiência, que poderá ser aderida pelas instituições de ensino federais. A Coordenação de Inclusão e Acessibilidade do sindicato estará acompanhando o processo para cobrar das reitorias a adesão a este programa, fundamental para o reconhecimento de PCDs em nossa base.



Coordenação de Políticas para Instituições de Ensino Ligadas ao Ministério da Defesa agendou reuniões para tratar de questões urgentes



A Coordenação de Políticas para Instituições de Ensino ligadas ao Ministério da Defesa (MD) está mobilizada para resolver duas questões importantes que afetam diretamente a categoria.

Para isso, foram encaminhados ofícios solicitando reuniões presenciais com setores estratégicos do MD, visando avançar nas pautas relacionadas à demissão de um professor EBTT e à transposição de técnico-administrativos do PGPE para o PCCTAE.

1) Reunião com a CHEC para tratar da demissão do professor Gustavo Cornélio

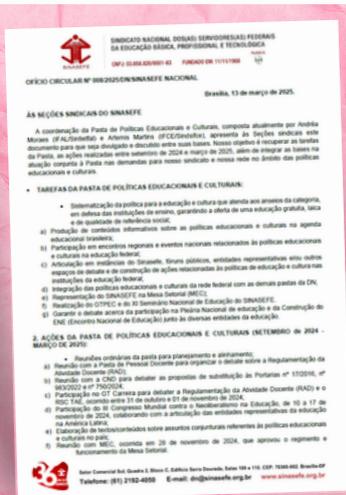
Foi solicitada uma reunião com a Chefia de Educação e Cultura (CHEC) do MD para discutir o caso do professor EBTT Gustavo Cornélio, que estava lotado no Colégio Brigadeiro Newton Braga, instituição vinculada à Força Aérea Brasileira (FAB). A reunião foi proposta para ocorrer na semana de 31 de março a 4 de abril e o objetivo é buscar esclarecimentos e solução para o caso.

2) Reunião com o Sepesd para discutir a transposição de técnico-administrativos

Outro ofício foi enviado à Coordenação Geral Setorial de Pessoal Civil (Sepesd) do MD, solicitando uma reunião presencial para tratar da transposição dos técnico-administrativos PGPE, lotados no MD, para o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE).

A reunião também foi sugerida para a semana de 31 de março a 4 de abril. A pauta é de extrema relevância para os servidores técnico-administrativos, que buscam a equiparação de direitos e melhores condições de trabalho.

Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais enviou documento às seções



A Coordenação de Políticas Educacionais e Culturais encaminhou na quinta-feira (13/03) às seções sindicais o Ofício Circular nº 8/2025, com o objetivo de fortalecer a atuação da categoria na defesa de uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade.

O material possui um balanço das ações realizadas desde setembro de 2024, além de orientações e propostas para a continuidade dos trabalhos no primeiro semestre de 2025.

O documento destaca a importância da integração das bases nas discussões e ações relacionadas às políticas educacionais e culturais, reforçando o papel do SINASEFE na luta pela valorização da educação profissional e tecnológica.

Entre as principais orientações, estão a criação ou retomada dos Grupos de Trabalho de Políticas Educacionais e Culturais (GTPECs) locais; a participação em fóruns nacionais e regionais; e a articulação com outras entidades representativas da educação.

O documento será um importante instrumento para orientar as discussões e ações locais, contribuindo para a unidade e fortalecimento da luta em defesa da educação pública. Fiquem atentos às próximas informações e participem ativamente das discussões em suas bases!

A Coordenação também reforçou a necessidade de mobilização e engajamento das seções sindicais para garantir avanços nas pautas educacionais, como a Regulamentação da Atividade Docente (RAD), a defesa do orçamento para a educação e a construção de políticas públicas que atendam aos anseios da categoria.

CHEGA DE CHANTAGEM!

APROVA A LOA, JÁ!



EXPEDIENTE

Esta é uma publicação digital do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Fechamento desta edição às 14h52min de 13 de março de 2025

Textos sob responsabilidade de:



Amália Leites
Secretária de inclusão
e acessibilidade



Eliezer Siqueira
1º tesoureiro



Elton John
2º tesoureiro



Manoel Porto Jr.
Coordenador geral



Mércia Castro
Plantonista de base
da seção IFMT-MT

Diretoras de Comunicação:



Raquel Nepomuceno
Secretária



Andréia Pinsan
Secretária-adjunta

Edição e Revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)

Design Gráfico: Scarlett Rocha

Contatos: dn@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br

Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br